

# **Investimento agrícola e mercado interno: Campos dos Goitacases (1850-1920).**

*Sheila de Castro Faria \**

## **Abstract**

---

At the beginning of the eighteenth century, the county of Campos dos Goitacases became a major producer of a traditional export product: sugar and its derivatives. But this county's produce was peculiar in that it was consumed largely by the internal market for as long as the sugar economy lasted. This article relates the evolution of this internal consumer market with the local market for land. Its hypothesis is that investment in land and improvements was closely linked to expectations regarding the sale of sugar as well as credit availability.

**Key Words:** Sugar industry; Internal market; Slavery.

---

## **Resumo**

---

A partir do século XVIII, o município de Campos dos Goitacases tornou-se grande produtor de um artigo tradicionalmente exportável: o açúcar e seus derivados, mas teve a peculiaridade de direcionar sua produção, preferencialmente, para o mercado interno, durante grande parte de sua história.

Este artigo busca relacionar a evolução desse mercado consumidor interno com a dinâmica fundiária local, no pressuposto de que os investimentos em terras e benfeitorias estavam ligados à expectativa do mercado e às condições de crédito.

**Palavras-chave:** Indústria açucareira; Mercado interno; Escravidão.

---

## **Introdução**

A indústria açucareira, no Brasil, sempre foi pensada na sua vinculação ao mercado externo desde o período colonial até, pelo menos, o início do século XX. No decorrer do século XIX, a produ-

---

\* Doutora e profª da UFF.

ção brasileira perdeu cada vez mais espaço, no exterior, para o açúcar de outros países e o de beterraba, fato este considerado pelos contemporâneos<sup>1</sup> e analistas atuais<sup>2</sup>, como *estagnação* ou *crise* deste "importante produto" (na linguagem da época); os estudos históricos param justamente quando a chamada *crise* se acentua e o mercado nacional substitui o internacional como consumidor básico. O interessante e bastante contraditório foi que cresceu o volume da produção, no decorrer do período, mesmo em áreas antes majoritariamente exportadoras. O volume de açúcar de Pernambuco, por exemplo, aumentou em aproximadamente 43%<sup>3</sup>, entre os anos de 1871 e 1895.

Deste dado conclui-se que houve ampliação da área cultivada com cana e, conseqüentemente, do número de trabalhadores utilizado na lavoura. Muitas unidades se modernizaram no setor de beneficiamento, além de se ter expandido o número de engenhos: de 1106 unidades produtoras de açúcar, em 1857, passou-se a 2788, em 1914; ou seja, houve um aumento de 63,33%<sup>4</sup>.

Referir-se à *crise* ou *estagnação* da produção açucareira, dada a situação acima referida, pelo fato de a produção não se direcionar mais, totalmente, para o mercado externo, parece um tanto exagerado. Mesmo considerando que, talvez, a lucratividade por unidade produtiva tenha diminuído, o investimento ou o reinvestimento continuou, configurando um quadro que longe está de ser considerado como "estagnado". O sucesso dos empreendimentos agrícolas, no Brasil, estaria, sob esta ótica, invariavelmente relacionado com o mercado externo, enquanto noções como decadência, estagnação, crise e similares vincular-se-iam à produção para mercado interno.

Durante muitos anos, a historiografia brasileira privilegiou o estudo da *plantation* escravista, transformando-a no modelo da produção brasileira até o final do século XIX. Pensado como um bloco,

1 JORNAL DO COMMERCIO. Retrospectos Anuais - 1850 a 1915 - (Biblioteca Nacional). Até os anos de 1892, o açúcar constava no rol dos produtos sob o título "Exportações"; deste ano em diante, passou para a pauta de "Gêneros Nacionais".

2 Cf. EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança*. Trad. João Maia. RJ. Ed. Paz e Terra, 1977. Este autor é bastante claro ao relacionar estagnação e diminuição de vendas para o mercado externo. A seguinte passagem é elucidativa: "No século XIX a indústria de Pernambuco liderou as exportações brasileiras e exemplificou bem os problemas da indústria nacional [grifo meu] (...) Pernambuco enfrentou dois tipos de dificuldades: a queda dos preços e a dura concorrência. Os brasileiros não conseguiram superar tais dificuldades e sua indústria *estagnou* [grifo meu]. A redução das receitas de exportação foi o primeiro indício dos apuros da indústria (...). O volume total da produção aumentou regularmente no curso do século, em função do crescimento populacional da Europa, da América do Norte e da elasticidade - preço de demanda, isto é, os produtos não poderiam elevar os preços contendo a oferta". p. 41.

3 Cf. EISENBERG, Peter. Op. Cit. p. 44.

4 Cf. Idem, p. 147.

todo o período teria no escravismo, na grande produção e na exportação as razões da uniformidade. Considerava-se, também, que senhores de terras e de escravos eram os privilegiados na distribuição das riquezas internas e comerciantes, sediados no exterior, os arrecadadores dos lucros do comércio exportador e importador de mercadorias e de escravos<sup>5</sup>. O mercado externo se constituiria, portanto, em início e fim da produção.

A sociedade resultante deste modelo escravista, latifundiário e exportador compunha-se, basicamente, de senhores e escravos. Somente nesta relação poder-se-ia encontrar a lógica do sistema que funcionou durante quase quatrocentos anos no Brasil. A população que não se enquadrasse num dos dois grupos foi caracterizada como destoante, marginal e desclassificada, devido à fluidez e ambigüidade de comportamento na produção e nas atividades sociais.

No contexto assim descrito, mercado interno, produção de alimentos e pequenos e médios produtores seriam supérfluos, "marginais", e não influíam na forte economia agroexportadora e auto-suficiente.

Estudos posteriores vieram questionar muitos destes pressupostos, não só através de análises teóricas como, e principalmente, através de pesquisas de base<sup>6</sup>, com forte massa documental. Infelizmente, mesmo estudiosos atuais, muitos com franca passagem pelo mercado editorial, elaboram textos, ignorando (ou parecendo ignorar) esta produção historiográfica que estabelece outros termos e condicionamentos para se pensar o período escravista brasileiro.

Já nos anos de 1970, Ciro Cardoso e Jacob Gorender discutiram a ênfase na dependência externa, alegando uma lógica interna que permitiria a criação da teoria do Modo de Produção Escravista Colonial<sup>7</sup>, duramente criticada pelos seguidores da chamada "esco-

5 Cf. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. SP., Brasiliense, 1971; FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. RJ, Editora Fundo de Cultura, 1959; NOVAES, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1815)*. SP, Hucitec, 1979; ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo, Editora Ática, 1980.

6 Segundo João Fragoso, "boa parte da polêmica ... se ressentia, quando do seu surgimento, nos anos 70, de pesquisas de base". FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. RJ, Arquivo Nacional, 1992, p. 87

7 Cf. CARDOSO, Ciro F. S. "Observações sobre o dossier preparatório da discussão sobre o modo de produção colonial" in PARAIN, C. et alli, *Sobre o Feudalismo*. Lisboa, Ed. Estampa, 1973; CARDOSO, Ciro F. S. "Sobre los modos de producción coloniales de América" in ASSAUDOURIAN, Carlos Sempat, et. al. *Modos de Producción en América Latina*. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente (40), 1973; GORENDER (1978), Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ed. Ática, 1978.

la paulista<sup>8</sup>. Nos amplos e acirrados debates, que se estenderam pela década de 1980, argumentos de economistas e historiadores foram basicamente teóricos.

Em finais da década de 1970 e, principalmente, nos anos 80 e 90, multiplicaram-se pesquisas com fontes primárias, resultado da maior dinamização dos centros de pós-graduação do país. Inúmeras teses e trabalhos foram realizados e, a partir deles, questões tiveram que ser reconsideradas<sup>9</sup>. Pesquisadores começaram a ter como seu objeto central o mercado interno. Em Minas Gerais, estudos sobre os séculos XVIII e XIX constataram a presença marcante de produções escravistas agrícolas e pecuárias, ligadas ao mercado interno, redimensionando o peso das atividades mineradoras na região<sup>10</sup> e mesmo sua tão generalizada e hoje contestada "decaência".

No Rio de Janeiro, nos anos 80<sup>11</sup>, realizaram-se trabalhos calcados em fontes até então pouco ou nunca consultadas, no Brasil, com ênfase na História Agrária e na História Regional, quase todos relativos ao século XIX<sup>12</sup>. As diferenças regionais, marcadas por tais trabalhos, permitiram que emergisse a complexidade do mundo agrário escravista e o perigo de elaboração de modelos explicativos sem bases empíricas. Em muitos deles, produtores de

8 Cf. ARRUDA, op. cit.; MELLO, João Manoel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. SP, Brasiliense, 1982. Para uma análise historiográfica, ver FRAGOSO, op. cit.

9 Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. "A interiorização da metrópole" in MOTTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: Dimensões**. SP, Ed. Perspectiva, 1972; MARTINS, Roberto Borges. "Minas Gerais, século XIX: tráfico e o apego à escravidão numa economia não-exportadora" in **Estudos Econômicos**, XIII, nº 1, 1983; LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. SP, Símbolo, 1979; GORENSTEIN, Riva. **O Enraizamento de Interesses Mercantis Portugueses na Região Centro-Sul do Brasil: 1808-1822**. SP, Departamento de História, USP, 1978 (Dissertação de Mestrado); MAXWELL, Kenneth R. **A Devassa da Devassa (A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal - 1750-1808)**. 2a. edição, Trad. João Maia. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978; MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia: a Cidade do Salvador e seu Mercado no Século XIX**. SP, Editora Hucitec Ltda & Salvador, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978; SILVA, Francisco Carlos T. da. **Morfologia da Escassez**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. RJ, 1991; e FRAGOSO, op. cit.

10 Cf. MARTINS, op. cit.; GUIMARÃES & REIS, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)" in **Revista do Departamento de História**, UFMG, Belo Horizonte, nº 2, Junho de 1986.

11 A maior parte dos trabalhos, no Rio de Janeiro, foi desenvolvido por influência dos Professores Dra. Maria Yedda Leite Linhares e Dr. Ciro Flamarion Santana Cardoso.

12 Cf. MUNIZ, Célia Maria Loureiro. **Os Donos da Terra**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, RJ, 1979; CASTRO, Hebe Maria Matos de. **Ao Sul da História**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987; FARIA, Sheila S. de Castro. **Terra e Trabalho em Campos dos Goitacases (1850-1920)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, 1986; FRAGOSO, João L. R. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**. Rio de Janeiro, 1983 (Dissertação de Mestrado

lavouras nobres (como açúcar e café, por exemplo) de pequeno e médio portes e lavradores de alimentos, escravistas ou não, deixaram de ser considerados "marginais". Inseriram-se, assim, na História.

No final da década de 1980, alguns balanços historiográficos já puderam ser elaborados, tendo como base estas novas pesquisas<sup>13</sup>. Entre todos os estudos, o que enfrentou decidida e corajosamente os debates teóricos sobre o período escravista brasileiro foi, sem dúvida alguma, o de João Fragoso, esboçado, inicialmente, numa resenha editada em 1988<sup>14</sup> e, depois, apresentado completo em 1990 como tese de doutoramento (editada, posteriormente, em livro, em 1992<sup>15</sup>). Apoiado numa ampla documentação, o autor inverteu pontos, antes tidos como inquestionáveis, principalmente os referentes à dinâmica do mercado interno.

Segundo Fragoso, o capital interno, oriundo do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos, na segunda metade do século XVIII e início do XIX, financiou a montagem de áreas agroexportadoras, tradicionalmente consideradas como credoras do capital externo. O autor demonstrou, também, que grandes fortunas eram, diferentemente do que se pensava, mercantis, e não agrárias. O poder econômico estava nas mãos de comerciantes, em particular dos de grosso trato. Difícilmente os produtores rurais, por mais ricos e influentes que fossem, possuíam um conjunto de bens cujo valor estivesse próximo do dos comerciantes. Surpreendentemente, apesar da riqueza, os que exerciam atividades mercantis e financeiras não se colocavam como os detentores de *status* mais elevado. A hierarquia social estava encabeçada pelos senhores de terras e escravos, demonstrando que a organização social possuía uma lógica que não se restringia somente à riqueza e nem se explicava exclusivamente por fatores econômicos.

apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro); GRANER, Maria Paula. *A Estrutura Fundiária do Município de Araucara: 1850-1920*. Rio de Janeiro, 1985 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense); MOTTA, Márcia Menendes. *Pelas Bandas D'além (Frente Fechada e Arrendatários-Escravistas em uma região policultora, 1808/1888)*. Rio de Janeiro, 1989 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense); SALETO, Nara. *Considerações sobre a Transição do Trabalho Escravo ao Trabalho Livre na Economia Cafeeira do Espírito Santo (1888-1929)*. Rio de Janeiro, 1985 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

13 Cf. Ciro Flamariona Santana (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*. Novas Perspectivas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

14 Cf. FRAGOSO (1988). João Luiz Ribeiro. "Modelos Explicativos da Economia Escravista no Brasil" in CARDOSO (1988), op. cit.

15 Cf. FRAGOSO (1992), op. cit

A comprovação empírica do controle do crédito por parte de um grupo mercantil residente teve como resultado a demonstração de uma acumulação de capital interna, que redefine a forma de reprodução da economia escravista. Se, por um lado, havia um mercado interno, cujo setor mercantil e acumulador de riquezas se encarregava de distribuir produtos agropecuários, por outro, existiam produções expressivas voltadas para este mesmo mercado interno, como é o caso, entre muitos outros, das freguesias interioranas, estudadas por Francisco Carlos Teixeira da Silva, abastecedoras do mercado da Cidade da Bahia, grande centro colonial receptor e redistribuidor de alimentos<sup>16</sup>.

Dentro desta perspectiva, situo este trabalho. É meu objetivo enfatizar uma área de ocupação antiga, o município de Campos dos Goitacases, situado no Estado do Rio de Janeiro, datando o início do povoamento efetivo no século XVII, e que a partir do XVIII tornou-se grande produtor de um artigo nobre e tradicionalmente exportável - o açúcar -, mas que dirigiu, durante grande parte da sua história, seus empreendimentos comerciais e escravistas para o mercado interno, principalmente o do Centro-sul, o que não impediu uma capitalização acelerada da agroindústria açucareira local de maneira semelhante a regiões tradicionalmente exportadoras, na segunda metade do século XIX e início do XX.

Apesar da grande diversificação econômica decorrente dos diversos tipos de solo, relevo e clima deste extenso município (com aproximadamente 5400 km<sup>2</sup> de superfície), sua atividade principal foi (e é até hoje) a produção açucareira, e nela detectamos as transformações no período de 1850 a 1920, analisadas a seguir.

As fontes utilizadas foram as cartorárias, basicamente escrituras (de compra e venda de terras e de dívidas com hipotecas), os quadros de preços dos derivados da cana-de-açúcar dos Retrospectos Anuais do *Jornal do Commercio* e as listas nominais do Almanaque Laemmert.

### **O Fator Terra na Agricultura**

Compreender o significado da apropriação da terra e sua negociação, durante o escravismo, torna-se problemático a partir da constatação normalmente aceita de que era no cativo que se situava a base de produção e reprodução da agricultura comercial brasileira. O escravo era o principal e o mais fácil meio de obtenção de

---

<sup>16</sup> Cf. SILVA, op. cit

crédito, assim como o valor mais elevado do investimento na montagem ou manutenção de uma unidade produtiva.

Partindo desta constatação, vários analistas relegaram quase à insignificância outros componentes que também se inseriam no processo produtivo, entre eles, a *terra* que lhes parece ter sido o de menor peso nos investimentos de capital. José de Sousa Martins chegou a afirmar que este fator “era praticamente destituído de valor”<sup>17</sup>. Acreditamos que esta afirmação, ainda hoje bastante difundida no meio acadêmico, precisa ser redimensionada ou, pelo menos, definidos os parâmetros locais de sua ocorrência.

No período de 1850 a 1920, foram negociados aproximadamente 8.500 imóveis na zona rural de Campos, numa média de 120 imóveis por ano. Considerando que muitas das transações não se processavam no fórum, mas mediante contratos (escritos ou verbais) particulares, aos quais não há acesso, pode-se imaginar que este número deveria ser bem maior. Não foram constatadas diferenças substanciais na forma dos lavradores interpretarem as negociações com terras a nível formal (com escrituras passadas em cartórios), entre os anos escravistas e os posteriores, em termos de número de negociações e de montante geral de valores. A única exceção observada foi o período da Primeira Guerra Mundial, que realmente apresentou uma modificação na dinâmica fundiária local. À vista dos dados que disponho sobre o volume de negócios envolvendo bens imóveis, seria absurdo considerar este mercado como insignificante, mesmo na vigência do trabalho escravo.

Apesar da defesa que faço da representatividade da terra no investimento para a agricultura regional, não se deve exagerar a sua importância. Não parece ter existido uma efetiva especulação, nem o capital se havia inserido determinantemente na distribuição fundiária, a não ser em algumas poucas áreas. Afinal, a lógica imposta pelo capital não se incorporava nela de maneira incisiva, como já ocorria no beneficiamento da cana-de-açúcar. Não quero, absolutamente, identificar o volume e valor do comércio com imóveis ao que temos hoje. Como já frisei, só pretendo mostrar que ele existia e não era desprezível, com especificidades próprias, determinadas pela região.

O fato de Campos não ter sido uma região exportadora, no século XIX, não invalidou a interferência indireta que a dinâmica do mercado externo produzia no consumo e nos preços internos do produto. No caso do mercado do Centro-sul, a diminuição de expor-

17 MARTINS, José de Sousa. *O Cativo da Terra*. SP. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 24.

tação do açúcar nordestino e o aumento da sua produção determinou, para os comissários e as firmas de negócios estabelecidos na corte, uma diminuição dos preços, devido à abundância do produto; o Nordeste passou, com a ausência crescente de outros mercados, a enviar o excedente não negociado à praça do Rio de Janeiro, centro redistribuidor para as províncias do Centro-sul e do Sul do país, tradicionalmente abastecido pelos Campos dos Goitacases.

Tentarei esboçar o quadro da evolução do mercado consumidor interno de derivados de cana-de-açúcar e da interferência que as oscilações dos preços desses produtos teve no mercado de terras e no investimento, no período compreendido entre os anos de 1850 e 1920, no Município de Campos. A relação assim estabelecida parte do pressuposto de que os investimentos em terras e benfeitorias estavam ligados à expectativa do mercado e às condições de crédito. Com isto não quero afirmar que estas eram as únicas causas a promover variações nos negócios com terras; outros fatores interferiram, mas estavam longe de serem responsáveis pelos efeitos que as condições do mercado do açúcar e da aguardente produziam numa agricultura tipicamente comercial, como a canavieira campista.

### **Condições de Mercado dos Derivados da Cana e do Investimento Agrícola**

A baixa do preço do açúcar no mercado externo, que fragilizou a produção Nordestina na década de 1860<sup>18</sup>, não ocasionou um efeito dramático na produção de Campos. A entrada do açúcar do Nordeste no mercado do Rio de Janeiro, a partir daquela década, não significou um desestímulo de investimentos no potencial de moagem dos engenhos de Campos; o aumento da população compensava a relativa diminuição do preço causada pela maior oferta do produto. Além do mais, havia uma divisão de qualidade que impedia, relativamente, a concorrência: até a década de 1880 o açúcar branco e o refinado eram "especialidades" do Nordeste, sendo o primeiro de melhor qualidade que o fluminense (o açúcar mascavo provinha quase todo de Campos). Segundo Peter Eisenberg, esta diferenciação dava-se, entre outros motivos, por inexistirem refinarias, nesta época, no Centro-sul, compensando-se o aumento do preço do produto pelos custos do transporte, não havendo oferta abundante, como a do açúcar mascavo ou de branco não refinado de boa qualidade, a forçar uma baixa de preços<sup>19</sup>. Era uma das formas dos

<sup>18</sup> Cf. EISENBERG, Peter. Op. Cit., cap. 2.

<sup>19</sup> Idem, p. 51.

pernambucanos compensarem os lucros reduzidos do comércio exterior. Até o fim do século XIX, o Nordeste remetia ao consumo doméstico entre 15 e 20% do seu açúcar; no início do século XX, entretanto, essa proporção chegou a 50%, só que de açúcar mascavo. A criação de refinarias no Centro-sul retirou a exclusividade de manipulação de preços do Nordeste. Além deste dado, alguns engenhos fluminenses, de grande porte, passaram a produzir um açúcar de melhor qualidade, preferido pelas refinarias então criadas. O Engenho Central de Quissamã (em Macaé), iniciou o trabalho de moagem em 12 de setembro de 1877, produzindo açúcar cristalizado, a partir daí, com regularidade. Em 1879 começou a funcionar o Engenho Central de Barcelos (em Campos).

O quadro do açúcar nordestino tendeu a piorar, nos anos seguintes, com a criação de outros engenhos centrais e usinas na Província do Rio de Janeiro, nas áreas de Campos e Macaé. Com as estradas-de-ferro postas em funcionamento a partir de 1875, viabilizou-se o transporte de maior volume de produto para o mercado do Rio de Janeiro e com menores custos que de áreas mais distantes. Foram mais comuns, a partir daí, referências, no *Jornal do Commercio*, do seguinte teor:

*“Entraram, em dezembro, algumas partidas da nova safra do Norte, mas tiveram de lutar com as dos engenhos centrais, que tinham preferência, vendendo-se a preços relativamente moderados.”<sup>20</sup>*

A situação da produção campista no mercado, segundo os analistas dos retrospectos anuais do *Jornal do Commercio*, era bastante satisfatória, com exceção de alguns períodos curtos de tendência à baixa dos preços. O quadro favorável, até a década de 1880, permitiu o enriquecimento e o aumento de *status* de um grupo que se transformou na “elite” agrária da região, tendo no trabalho escravo o esteio de sua ascensão econômico-social. Muitos de seus titulares receberam títulos de nobreza na segunda metade do XIX, redundando em modos de vida ostentatórios da fidalguia que adquiriam. A memória local considera este o seu “período de ouro”.

<sup>20</sup> RETROSPECTO Anual referente ao ano de 1877. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro (8/1/1878) (Biblioteca Nacional).

O processo de abolição da escravidão veio limitar, a curto prazo, a possibilidade de investimento na produção do açúcar. Não chegou a ocasionar, entretanto, uma crise crônica, em termos gerais, já que passou a ocorrer modificação no tipo de capital aplicado nesta agroindústria, nas pessoas a liderarem as grandes produções e nas relações de trabalho, retornando o ritmo ascendente, após a década de 1890, dos investimentos na agricultura canavieira. A imigração, ocasionada pelo aumento progressivo da produção cafeeira de São Paulo, impedia uma estagnação do mercado de consumo; era interessante, e os produtores (novos ou antigos) o percebiam, retornar ao volume produzido antes da abolição, recompondo a dinâmica de expansão da oferta. A Primeira Guerra Mundial, conjunturalmente, serviu, também, como grande estimulador da produção campista, com o Nordeste voltando a ocupar lugar de destaque no mercado externo, restringindo a oferta interna e impulsionando os preços para cima.

O estabelecimento dos espaços a serem ocupados, no mercado do Centro-sul, pela produções nordestina e fluminense, envolvia, com frequência, no século XIX, a exportação. A interpretação dos contemporâneos era a de que, quanto mais se exportasse, mais os preços tenderiam a subir internamente. Por outro lado, estimulava-se a manutenção de preços elevados que permitissem ao açúcar brasileiro competir com um mínimo de segurança, no mercado externo<sup>21</sup>. No final do século XIX e início do século XX, várias tentativas foram feitas para compor acordos entre as áreas açucareiras, todas infrutíferas. A idéia era, quase sempre, estabelecer preços mínimos e estoques regulares que não pressionassem a baixa dos preços, ou procurar subsídios junto ao governo. Estes foram impraticáveis, dentre outros motivos, pela pouca importância que o açúcar adquirira na pauta de exportações na esfera nacional.

Campos se inserira como um produtor importante de gêneros derivados da cana-de-açúcar, no Rio de Janeiro. A disposição de produtores nordestinos em negociar com os campistas originava-se da posição privilegiada destes últimos no abastecimento do mercado interno. Segundo os analistas do *Jornal do Commercio*, os rompimentos dos acordos partiam sempre da região fluminense. O fato de estar mais próximo das áreas consumidoras e ser, portanto, po-

---

21 Idem, ano de 1879 (8/1/1880).

tencialmente capaz de entregar a produção a preços mais “cômodos”, colocava Campos nesta posição de liderança, e era com isto que o Nordeste tentava negociar. Ora, a possibilidade de elevar o preço do açúcar era interessante a ambas as áreas; mas isto não chegava ao ponto de se restringir o volume da produção fluminense para que o Nordeste pudesse garantir seu espaço e lucratividade na falta de compradores estrangeiros.

Estes dados levam a constatar a posição satisfatória da zona açucareira campista no mercado, assim como entender a origem e a manutenção de grandes fortunas locais, que encontraram condições de manter a produção escravista mesmo após a abolição do tráfico e conseqüente aumento do preço do cativo, assim como reproduzir a atividade açucareira em grande escala, após a abolição.

Deriva destes fatos a importância que os preços dos produtos da cana exerceram sobre o sistema produtivo e, dentro deste, sobre o mercado de terras. Dado o caráter nitidamente mercantil da produção campista, uma das condições da existência de investimento em terras decorre, entre outros fatores, da relação com o movimento dos preços do açúcar e, em menor escala, da aguardente. Sendo assim, relaciono as oscilações ocorridas, anualmente, no número e tipo de unidades e no montante do valor negociados, com as curvas dos preços do açúcar branco, mascavo e aguardente, gêneros priorizados na produção e no comércio da época.

Pode-se perceber períodos alternados de tendências à alta e baixa de transações com unidades agrícolas, entre 1850 e 1920, divididos basicamente em cinco momentos assim delimitados<sup>22</sup>.

1<sup>o</sup>) Alta - 1850 a 1868

2<sup>o</sup>) Baixa - 1869 a 1883

3<sup>o</sup>) Alta - 1884 a 1900

4<sup>o</sup>) Baixa - 1901 a 1908

5<sup>o</sup>) Alta - 1909 a 1920

Tratemos, cada um deles, separadamente.

A análise que se segue deve ser acompanhada pelos Quadros 1 e 2.

---

<sup>22</sup> Tabelas e gráficos de preços de açúcar e aguardentes encontram-se em minha dissertação de mestrado. Cf. FARIA, op. cit., principalmente capítulo VII.

**Quadro 1**  
**Fazendas e Sítios Negociados entre 1850 e 1920**

ANO	Nº de Fazendas negociadas	Nº de sítios negociados	Outras unidades	Total
1849-52	8	17	50	75
1853-56	10	30	61	101
1857-60	15	44	104	163
1861-64	18	43	88	155
1865-68	6	39	53	98
1869-72	4	5	19	28
1873-76	-	5	11	16
1877-80	6	5	15	26
1881-84	1	10	25	36
1885-88	5	24	49	78
1889-92	24	49	82	155
1893-96	20	43	111	174
1897-1900	10	51	125	186
1901-04	2	23	63	89
1905-08	14	22	44	80
1909-12	10	31	74	115
1913-16	18	78	92	188
1917-20	22	81	135	238

Fonte: Escrituras de Compra a Venda de Terras. Cartório do 1o. Ofício de Notas (Campos dos Goitacases).

À primeira etapa de negociações com imóveis, de 1850 a 1868, correspondeu uma tendência à alta dos preços do açúcar e aguardente, no mercado do Rio de Janeiro. Até então, o Nordeste não enviava açúcar com expressividade para o mercado interno, o que impedia uma baixa no preço do produto.

O investimento em imóveis, no período, registrou a venda de um grande número de fazendas (51 unidades); destas, quase todas (47 ou 92,16%) com engenhos de açúcar e/ou aguardentes. Era visível o interesse em unidades canavieiras. Dos 179 sítios negociados, 53 referiam-se à existência de lavouras de cana (e o número deveria ser maior, pois não era comum a discriminação das benfeitorias existentes). Das outras 356 unidades (que não eram sítios nem fazendas), 139 registraram a presença de cana. Denota-se, com isso, o mesmo fenômeno de investimento na lavoura canavieira.

Algumas questões se colocam: quem vendia? Quem comprava? Por que vendiam? Por que compravam? As escrituras deste período não trouxeram os dados completos sobre a ocupação de outorgantes e outorgados. Os poucos que os apresentaram, nos dão pálidas respostas a estas questões.

As listagens nominais do *Almanaque Laemmert*, anuário que representava a inserção dos relacionados numa esfera comercial mais abrangente, serviram para clarear um pouco mais o quê e porque negociavam os contratantes. Quase 60% (58,73%) dos compradores anunciavam no *Laemmert*, enquanto somente 13,4% dos vendedores o faziam. Destes últimos, 29 eram inscritos como "negociantes de líquidos espirituosos e secos e molhados", e nove apareciam como vendedores e compradores ao mesmo tempo.

Muitos dos outros contratantes, inscritos ou não no *Almanaque Laemmert*, visivelmente negociavam com imóveis. Quase 15% dos contratantes compravam e vendiam terras, a maior parte das vezes, a mesma área.

A agricultura canavieira era, visivelmente, a responsável pelos contratos formais de imóveis e pela incipiente, mas evidente "especulação" com terras, neste momento ainda escravista. A boa receptividade dos produtos campistas na praça do Rio de Janeiro, com seus preços em alta, e o início da crise do trabalho escravo geraram uma conjuntura favorável para aqueles que podiam ampliar suas produções. Eram, com certeza, os que mantiveram seus anúncios como "fazendeiros de açúcar e aguardente" no *Laemmert* e puderam abocanhar fatias de terras talvez cobiçadas há anos, de vizinhos endividados ou impossibilitados de comprar escravos para a manutenção de seus empreendimentos. Por outro lado, negociantes de secos e molhados e pequenos produtores que vendiam escravos e ficavam com um certo capital nas mãos, puderam ter acesso à compra de pedaços de terras com a finalidade de vendê-los, posteriormente, numa conjuntura favorável, ou estabelecer produções com base no trabalho familiar<sup>23</sup>

Este período foi também de muito dinamismo nos empréstimos com hipotecas de bens imóveis. Foram realizados 352 contratos, no valor total de 2.279:671\$000 (dois mil, duzentos e setenta e nove contos e seiscentos e setenta e um mil réis), numa média de

23 Hebe Castro analisou o acesso à compra de escravos e à de terras, entre homens livres pobres, e constatou que, antes de 1850, era mais comum e facilitado a aquisição de escravos. Após 1850, a terra tomou o lugar do escravo no investimento do homem livre pobre que tinha, comumente, a mão-de-obra familiar como base de produção. Cf. CASTRO, Hebe M. M. de. *Das Cores do Silêncio. os significados da liberdade no Sudeste Escravista - Brasil - século XIX*. RJ, Arquivo Nacional, 1995.

6:476\$000 (seis contos, quatrocentos e setenta e seis mil réis) por escritura e de 119:982\$000 (cento e dezenove contos, novecentos e oitenta e dois mil réis) por ano. Novamente me servi das listagens do *Almanaque Laemmert* para caracterizar os contratantes. Identificamos 117 credores e 143 devedores. Em ambos os casos, a maior parte era de fazendeiros (70,3% dos primeiros e 71,4% dos segundos), e o restante, de negociantes. Existiam firmas especializadas neste tipo de empréstimo, como Caldeira Torres & Penalva, que realizou 46 contratos entre 1858 e 1871, no valor total de 356:012\$000 (trezentos e cinquenta e seis contos e doze mil réis), cobrando juros que variavam de 1 a 1,7% ao mês. Denominavam-se "banqueiros". Faziam grandes e pequenos empréstimos.

Foi nítido, entretanto, que, além das firmas e alguns "financistas" individuais, a maior parte do crédito era fornecido pelos maiores fazendeiros e negociantes locais, que embora sejam designações diferentes, podem referir à mesma pessoa<sup>24</sup>

Do total de contratos, somente 5,96% eram credores de fora do município. Por outro lado, uma proporção um pouco maior de pessoas de fora se endividava com os "financistas" campistas (9,2% dos devedores). O crédito interno dava conta da reprodução ou ampliação dos empreendimentos comerciais.

As formas de financiamento das produções agrícolas não eram diferentes das de outros municípios fluminenses. Em Capivary<sup>25</sup> e Araruama<sup>26</sup>, por exemplo, houve um volume expressivo de empréstimos entre os anos que agora analisamos, 1850 a 1868, numa estrutura bastante semelhante. Era também por parte dos maiores fazendeiros e negociantes que ocorria o fornecimento de crédito. Mudou, depois, na mesma direção: grupos ou firmas lideraram os empréstimos. A diferença, porém, era que os novos financiadores naqueles municípios passaram a ser de outros lugares, enquanto Campos produziu seus próprios agentes, mantendo o crédito internamente.

Havia diferenças também em relação aos juros. Em quase todas (89,70%) as escrituras de dívidas com hipoteca, em Campos,

24 Em finais do século XIX ainda era estigmatizada a figura do comerciante, identificado ao atravessador, principalmente se ele exercia também a função de usurário, resqúcio feudal que ligava o comércio ao trabalho braçal - defeito mecânico. Muitos comerciantes, portanto, encobriam-se atrás da denominação "fazendeiro", mesmo tendo outros negócios mais rentáveis. Cf. FARIA, Sheila S. de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (Sudeste, Século XVIII)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, RJ, 1994, principalmente capítulo III.

25 Cf. CASTRO (1987), op. cit.

26 Cf. GRANER, op. cit.

no período, os credores cobraram juros no decorrer do prazo do financiamento, variando, na maior parte dos casos, de 1 a 2% ao mês. Em Capivary, Hebe Castro constatou que grande parte dos contratos não envolvia esta cobrança antes de findar o tempo fixado para o saldo da dívida. A autora relacionou este fato à construção de relações pessoais de dependência ao fazendeiro (que tinha claramente identificado na mesma pessoa as funções de negociante e produtor agrícola), no sentido de fortalecimento do poder político. Em Campos, os laços de dependência e de maior domínio político por parte do grupo mais enriquecido, não passava, era evidente, pelo sistema de crédito. Outros deveriam ser os mecanismos de tal controle.

Os empréstimos visavam claramente o investimento em unidades agrícolas comerciais. O crédito, porém, era principalmente para os menores produtores. Foram poucas as fazendas hipotecadas (11,65%). Eram elas, apesar disso, que garantiam os maiores valores, como seria de se esperar.

A tendência à alta dos preços dos derivados da cana-de-açúcar no mercado do Rio de Janeiro foi, acreditamos, o maior responsável pelo investimento na produção agrícola deste período.

Não sabemos em que, especificamente, era aplicado o capital por parte dos devedores, mas podemos aventar a hipótese de ter sido no escravo. A alta do preço do cativo foi, certamente, um fator decisivo para este alto montante de concessões de créditos aos produtores agrícolas. Parece-nos o "último fôlego" de muitos lavradores escravistas para a manutenção de suas unidades comerciais. A boa situação dos preços do açúcar e aguardente respaldava e garantia os empréstimos, permitindo a alguns prorrogar o problema de falta de trabalhadores, através do endividamento.

Em resumo, o período analisado apresentou um quadro de relativa estabilidade produtiva das unidades locais: em média, preços elevados dos produtos comerciais; facilidade de crédito por parte de fazendeiros e negociantes mais abastados, permitindo a muitos a manutenção ou ampliação dos empreendimentos, e mercado de terras dinâmico, possibilitando incorporações significativas, inclusive com algumas especulações, justamente pela crise da escravidão, que impediu muitos de manter seus escravos, e, pelo menos a curto prazo, a produção.

Este panorama sofreu uma grande modificação na década de 1870. No segundo momento a ser tratado, diminuiu drasticamente o número de unidades negociadas, o crédito se retraiu e os preços dos derivados da cana tenderam a uma baixa acentuada.

Aliado a estes fatores, o preço do escravo elevou-se ainda mais, assim como sua escassez. Parece ter havido uma "parada" na vida produtiva campista, num quadro que podemos considerar como de *estagnação*. Não queremos dizer, com isso, que ocorreu uma "depressão" econômica. O açúcar de Campos manteve sua proporção normal de entrada na praça comercial do Rio de Janeiro. Não houve aumento. Era um período de grandes indefinições. Por que investir em terras? Quem iria trabalhá-las? Por que e como os grandes fazendeiros e negociantes, também eles com problemas de mão-de-obra e com baixa lucratividade na produção, forneceriam créditos a outros? Que interesse teriam os negociantes em emprestar dinheiro para uma produção com preços reduzidos e problemas sérios com trabalhadores? Não haveria retorno. Os "banqueiros" da firma Caldeira Torres & Penalva já não se encontravam mais em atividade em 1872. Faliram? Talvez, ainda mais se tiveram que executar as hipotecas e se tornar proprietários de terras sem condições de produção. No ano de 1874, o Barão da Lagoa Dourada, grande fazendeiro escravista que investiu maciçamente no aprimoramento técnico de seus engenhos e apareceu em vários negócios com terras, se suicidou, deixando uma carta onde afirmava estar em péssimas condições financeiras e produtivas. Mas não datam deste período as transformações no sistema agrário de Campos. Sua característica básica foi a "lentidão".

Este "marasmo" só foi sacudido a partir de 1884, quando outros movimentos se impuseram e a "crise" de alguns se transformou na "prosperidade" de outros.

O terceiro momento, de aumento expressivo nas negociações com terras, entre os anos de 1884 a 1900, foi também de alta dos preços do açúcar e aguardente no mercado interno, principalmente após 1890. Embora possuísse algumas características semelhantes ao período de 1850 a 1868, um fator era determinante para a diferenciação: a agroindústria açucareira campista estava em séria crise. O fim do escravismo determinou uma diminuição dramática na produção. Os primeiros anos da década de 1880 ainda registraram a entrada de, em média, 400.000 sacos de açúcar, por ano, no mercado do Rio de Janeiro. Em muitos anos da década seguinte, Campos não chegou a enviar 100.000 sacos. Ao mesmo tempo, o Nordeste passou a fornecer cada vez mais açúcar, inclusive o mascavo, ao mercado fluminense, impedindo que os preços se elevassem. Acredito que o fato de Campos estar com uma produção excessivamente reduzida e, portanto, sem pressionar no sentido de uma baixa de preços, tornou vantajoso aos produtores mais

distantes enviar o açúcar àquela praça. O aumento da participação do açúcar do Nordeste no mercado interno foi impressionante, assim como o decréscimo do de Campos (ver Quadro 2). A estabilização da produção deste município parece só ter ocorrido a partir de 1914, quando passou a responder por quase a metade do suprimento do consumo interno. Mas, mesmo assim, pelo menos até 1915, não conseguiu a representatividade, ou melhor, a quase exclusividade que possuía no período escravista.

**Quadro 2**  
**Entrada de Açúcar no Mercado do Rio de Janeiro:**  
**1881-1915**

ANO	CAMPOS %	NE %
1881-83	79,31	20,69
1884-86	77,24	22,76
1887-89	54,64	45,36
1890-92	23,94	76,06
1893-95	11,37	88,63
1896-98	14,30	85,70
1899-01	28,23	71,77
1902-04	24,79	75,21
1905-07	27,61	72,39
1908-10	33,55	66,45
1911-13	37,56	62,44
1914-15	43,70	56,30

FONTE: Retrospectos Anuais do *Jornal do Commercio*. (Biblioteca Nacional).

A *estagnação* da década de 1870 foi rompida. O final do século XIX registrou profundas transformações no sistema produtivo de Campos. A abolição da escravidão foi um golpe final em muitos dos nobres fazendeiros locais. Enquanto os anos 70, do século passado, registraram uma latência na reprodução das bases escravistas, no crédito, nos negócios com imóveis, em suma, nos investimentos, o período que se seguiu pode ser considerado como de *crise*, de efetivo bombardeio à antiga ordem e estruturação de uma nova. Ao período anterior, de indefinições, seguiu-se este, de demarcação de novos espaços e reorganização, com outros fundamentos, da própria agroindústria açucareira, em direção à qual se manteve a orien-

tação dos maiores investimentos. O mercado interno continuou como estimulador mais ativo da reprodução da lavoura canavieira, na área. Muitas fazendas, com engenho, foram vendidas. Vários grandes fazendeiros tiveram que retalhar suas propriedades. Das 593 unidades negociadas, entre 1884 e 1900, 183 (ou 30,86%) eram áreas em matas, denominadas terras ou terreno. Nos 34 anos anteriores, com transações de 698 áreas, somente 135 (19,34%) eram terras sem benfeitoria alguma.

A grande diversidade do município campista em relação às atividades econômicas (tanto urbana quanto rural) permitiu que muitas pessoas saíssem ilesas da crise do escravismo, ou então que as tocadas pela crise se agrupassem, somando esforços para a manutenção dos empreendimentos. Um grande número de firmas "agrícolas" e "comerciais" foi criada neste período.

As escrituras de compra e venda de terras, após a década de 1880, mostraram-se mais ricas nas referências às ocupações dos contratantes. A maior parte dos compradores (65,09%) era denominada lavradores ou fazendeiros, mas um número significativo dos que foram indicados só como negociantes (14,16% do total dos compradores) investiu em terras. Não foram muitas as firmas a comprar terras, o que era coerente com a realidade dos associados, que precisavam, num primeiro momento, manter e não aumentar seus negócios.

A especulação imobiliária ampliou-se significativamente. Das 198 pessoas que apareceram como outorgante e outorgada em vários contratos, 93 compraram terras neste período. Destes, 42 negociaram a mesma área, vendendo-a por preço muito superior ao da aquisição, poucos anos depois. Aproveitavam-se, assim, daqueles em crise no momento. Os outros a aparecer como vendedores e compradores, simplesmente realocavam-se propriedades; não negociavam a mesma área.

A grande parte dos vendedores era composta de lavradores e fazendeiros (77,05%), sendo que destes, em oposição ao período anterior (as décadas de 1850 e 1860), os fazendeiros (50,93%) eram a maioria. A crise da escravidão deve ter atingido inicialmente os chamados "lavradores", visivelmente produtores menores que os fazendeiros, para depois chegar a estes últimos. Não devem ter vendido suas terras em condições muito favoráveis. Os fazendeiros relutaram, ou melhor, lutaram para manter suas unidades, vendendo, inicialmente, parte delas, quase sempre aquelas em matas. Depois, foram obrigados a se desfazer da fatia cultivada com as edificações, chamada de "fazenda". Tanto foi assim que encontramos várias vezes o mesmo fazendeiro vendendo, primeiro, terras e terrenos, para, depois, vender sítios e fazendas.

O sistema de crédito com hipoteca de bens imóveis dinamizou-se um pouco mais, mas só a partir de 1893 o fez de maneira significativa. O fornecimento de empréstimos foi diretamente proporcional ao preço do açúcar no mercado do Rio de Janeiro. Quando este estava em baixa, diminuía-se o número e o montante do valor dos contratos; em alta, ampliava-se. O interesse era de ambos os contratantes: de um lado, o produtor, que necessitava ampliar seus negócios, ou mantê-los (com escravos, máquinas ou terras) e, de outro lado, o credor, que sentia segurança no retorno do capital empatado.

Apesar de ter havido uma retomada no ritmo de financiamentos, a origem do capital não era mais a mesma. Os grandes fazendeiros e negociantes, do período escravista, deram grande parte do seu lugar a outros agentes: o Banco Comercial e Hipotecário de Campos (datando seu primeiro empréstimo de 1874); os "capitalistas"; os "banqueiros" e as firmas denominadas "comerciais e agrícolas". Dos 159 empréstimos do período, 28, 31% foram realizados por estes novos credores; 59,12% pelo tradicional sistema de fazendeiros e negociantes, e o restante por pessoas indeterminadas. Os anos seguintes marcaram decisivamente a presença dos novos financistas. Dos 201 contratos seguintes, em 60,20% dos casos foram eles os credores. Os antigos responderam por somente 37,81% dos acordos.

O quarto momento, que abarcou toda a década de 1900, registrou uma nova tendência à baixa dos preços dos produtos derivados da cana. Mas já era uma época bastante diferente das anteriores. O predomínio crescente dos engenhos centrais e usinas reanimou a produção campista, que voltou, paulatinamente, a ocupar lugar de destaque no mercado fluminense. O crédito se retraiu um pouco, mas não tanto quanto no período de *estagnação*, década de 1870. Manteve-se o processo de mudança de pessoas a liderar o processo produtivo açucareiro, mas numa dinâmica mais vagarosa que a dos anos imediatamente anteriores. As soluções testadas para a substituição das relações de trabalho ainda eram experimentais, não produzindo uma constância na oferta de trabalhadores que possibilitasse a criação de grandes empreendimentos.

A década seguinte, entretanto, quinto e último momento de análise, foi pródiga em investimentos de vulto, com a relação de trabalho fundamentada na figura do colono-parceiro<sup>27</sup>.

27 Cf. FARIA, Sheila S. de Castro. "Escravidão e Trabalho Livre no Norte Fluminense na Segunda Metade do Século XIX". *Estudos da Escravidão I*. Cadernos do ICHF, no. 19, UFF, Niterói, RJ, 1990, pp. 34-65.

A capitalização crescente da agroindústria açucareira determinou o tipo de pessoas a comprar terras. O capital associado, negociantes e "industriais" responderam por 21,45% dos investimentos em imóveis, proporção esta não encontrada em nenhum período anterior, num processo claro de concentração da propriedade fundiária. Aqueles que vendiam não mais compravam terras, como em épocas anteriores.

O crédito concedido a lavradores, no mais das vezes fornecido pelos "industriais", assim denominados os donos de usina ou de grandes engenhos, vinculava a produção do credor às grandes unidades açucareiras. Era uma das formas de os maiores engenhos conseguirem o suprimento da demanda por matéria-prima. Alguns usineiros cobravam juros pelo empréstimo, outros não. Quanto mais longo fosse o espaço de tempo para a quitação da dívida, melhor para a constância do fornecimento.

Os preços do açúcar, em alta, estimulavam os investimentos. Não possuímos dados para os anos entre 1915 e 1920, justamente no período da Primeira Guerra Mundial, mas podemos induzir que estes preços permaneceram elevados. O ano de 1917 foi o que marcou o maior volume de unidades negociadas. A exportação do açúcar brasileiro, provavelmente do Nordeste, foi ampliada durante a Guerra, o que elevou os preços internos pela pouca oferta<sup>28</sup>. Assim, valia a pena investir neste produto.

A década de 1910, dentro de todo o período analisado, foi a que apresentou o maior volume de investimentos no setor agrícola campista. Pela primeira vez, em 70 anos, a produção recebeu uma dose maciça de capital. Esta maior inserção do capital na zona rural deveu-se, em grande parte: à tendência à alta dos preços dos derivados da cana e ampliação do mercado de consumo; à estabilidade nas relações de trabalho, além de ter havido um aumento acelerado da população de Campos, agindo na direção da formação de uma ampla oferta de trabalhadores; e à existência de crédito, por parte de vários agentes, ligados ou não às práticas agrárias (72,44% dos credores, na década de 1910, eram: industriais, firmas, capitalistas e negociantes).

Descrevi o processo ocorrido na produção do município campista de uma forma um tanto geral, mas fragmentada em períodos. Em síntese, o que percebemos foi uma grande modificação no sis-

---

<sup>28</sup> Durante a Primeira Guerra Mundial houve um grande aumento da exportação do açúcar brasileiro. Em 1913, foram exportados 2779 sacos de açúcar cristal e 6962 de mascavo; em 1917, este número cresceu para 1.747.147 e 379.821 sacos, de açúcar cristal e mascavo, respectivamente. Cf. Anuário Açucareiro, 1935. Instituto do Açúcar e do Alcool.

tema produtivo regional, apesar de, aparentemente, só o tipo de mão-de-obra ter-se transformado. A manutenção da lavoura canavieira, como atividade principal, poderia encobrir muitas diferenças. A crise da escravidão permitiu a diversificação na origem do investimento agrícola, com a entrada de capital comercial, associado e "financeiro" (ou "usuário") na produção, e não só como agentes de créditos. Surgiu a figura do "industrial" (nunca referido, antes do fim do século XIX, na literatura da região) que poderia ser o somatório de todas as funções produtivas. Ele comprava e vendia terras, fornecia crédito, associava-se a outros, plantava e obrigava que se plantasse cana, beneficiava-a, negociava-a, ou seja, agia em todas as esferas da produção. Na realidade, o "industrial" representava o "capitalista" (ainda bastante "pré-capitalista") da época, com o sentido de sua atuação regulado pelo controle do processo produtivo e naqueles lugares onde se poderia encontrar o lucro.

O quadro resultante não foi, entretanto, homogêneo. Ao lado dos "industriais", "financistas", grandes novos fazendeiros e outros, viviam pequenos produtores, muitos independentes e trabalhando com mão-de-obra familiar, utilizando tecnologia rudimentar não só na lavoura de cana como na produção do açúcar e aguardente. Mas, não se pode negar, com seus dias contados para a vinculação direta ou indireta ao grande produtor açucareiro.

### Considerações Finais

Um historiador campista, Alberto Lamego, ao escrever em fins do século XIX e início do XX sobre a vida dos grandes homens e as efemérides da região, foi um observador revoltado das transformações que presenciava. Expressou-se com visível pesar sobre a "decadência" que constatava. Uma passagem de seu livro "A Terra Goitacá", merece ser destacada porque indica a visão contemporânea sobre os que se apossavam das terras e fazendas da fidalguia escravista:

*"A fidalguia desapareceu; os solares foram derrubados pelos fazedores de senzalas; as danças substituídas pelos 'fox-trots', tangos e sambas; as cadeirinhas ou liteiras, seges e sociáveis pelos automóveis; as ricas capelas destruídas e algumas delas transformadas em cocheiras e os seus santos lançados fora, pelos novos donos, novos ricos, gozadores e sem fé; os móveis arrebanhados pelos*

*antiquários que, à sua cata, palmilham todos os recantos do município, desfalcando, assim, o nosso patrimônio histórico e artístico (...) Sob a enxurrada de lama que submerge tanta coisa rara e bela, vai desaparecendo também, pouco a pouco, essa classe restrita da velha nobreza, que de pais para filhos, se guardava uma formosa tradição familiar de alta cultura e elegância. Oh! Manes de Benta Pereira, de Mariana Barreto, de tanta gente ilustre que engrandeceu a terra goitacá, levantai dos vossos túmulos e vinde contemplar o amesquinha-mento da vossa raça e do vosso sangue generoso e nobre”<sup>29</sup>*

A indignação deste historiador das elites da chamada “Terra Goitacá” apresenta-se bastante coerente no contexto das transformações ocorridas na passagem do século. Coerência com que Jayme de Barros, diplomata campista, descendentes de nobres do Segundo Reinado, inicia seu livro “Chão da Vida”: “Um primo irreverente, quando se referia à nossa família, costumava dizer: ‘Nós, fidalgos arruinados ...’. Éramos, já ao nascermos, fidalgos arruinados”<sup>30</sup>. Jayme nasceu no início do século XX. Para muitos, acabou-se o “período de ouro”.

29 LAMEGO, Alberto. *A Terra Goitacá*. RJ, Diário Oficial, 1942, vol 6, p. 317.

30 BARROS, Jayme de. *Chão da Vida*. RJ, Léo Christiano Editora Ltda, 1985, p. 9.